



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos Conselheiros do ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Paranaguá – PR Opinião com Ressalva
Examinamos as demonstrações contábeis da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada como "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva Depósitos Judiciais

Conforme nota explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ 459.429 mil, à título de Depósitos Judiciais registrados no Ativo Não Circulante, que se referem a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Passivos Contingentes

Conforme nota explicativa nº 15, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ 443.643 mil, à título de Provisões Judiciais registradas no Passivo Não Circulante, que se referem a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Conforme nota explicativa nº 13, em 31 de dezembro de 2021 a Entidade possui o saldo de R\$ 298.737 mil, à título de Obrigações Fiscais e Previdenciárias registradas no Passivo Não Circulante. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Teste de Impairment – Imobilizado

Conforme nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ R\$ 597.489 mil, a título de Imobilizado registrado no Ativo Não Circulante. A administração não demonstrou o valor residual individual de cada bem do imobilizado, em comparação com o saldo contábil e a avaliação da existência de indícios internos ou externos de desvalorização, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

ciente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, para o exercício findo 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 10 de março de 2021, com opinião sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contá-

beis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL
DE OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por
ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2022.03.18 17:11:32 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira Contador
1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico



**PORTOS DO PARANÁ – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021**

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ nº 79.621.439/0001-91

Balancos Patrimoniais Consolidados

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	NE	31.12.2021	31.12.2020	Δ%	PASSIVO	NE	31.12.2021	31.12.2020	Δ%
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	04	220.363	220.866	0%	Fornecedores		33.831	9.390	260%
Contas a receber	05	7.852	7.532	4%	Obrigações Trabalhistas	12	13.853	12.725	9%
Impostos a recuperar	06	37.232	36.170	3%	Obrigações Fiscais	13	10.408	49.619	-79%
Estoques	07	13.544	12.072	12%	Adiantamentos de clientes	14	11.346	10.161	12%
Despesas de exercícios seguintes		430	154	178%					
Adiantamentos a empregados	08	942	984	-4%					
TOTAL DO CIRCULANTE		280.363	277.778	1%	TOTAL DO CIRCULANTE		69.438	81.894	-15%
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos Judiciais Cíveis e Trabalhistas	09	143.462	136.556	4%	Impostos, taxas e contribuições	13	298.737	224.300	33%
Depósitos Judiciais Tributivos	09	315.967	270.903	17%	Provisões contingenciais	15	443.643	446.483	-1%
Outros Créditos	10	2.420	1.178	105%					
		461.849	408.637	13%	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		742.380	670.783	11%
IMOBILIZADO					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
INTANGÍVEL	11	597.489	568.587	5%	Capital social	16	1.086.444	1.086.444	0%
		599.653	570.396	5%	Prejuízos acumulados	16	(581.873)	(581.397)	0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.060.158	979.032	8%	Lucro (Prejuízo) do Exercício	16	25.476	-	-
TOTAL DO ATIVO		1.341.865	1.256.810	7%	Ajuste de avaliação patrimonial		-	(914)	-100%
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		530.047	504.133	5%
					TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.341.865	1.256.810	7%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

PORTOS DO PARANÁ - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ nº 79.621.439/0001-91
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO LEVANTADOS EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	NE	31.12.2021	31.12.2020	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	17	453.118	418.908	8%
Infraestrutura de Acesso Aquaviário		174.747	170.015	3%
Infraestrutura de Acostagem		13.443	11.954	12%
Infraestrutura Operacional Terrestre		85.445	72.247	18%
Receitas de Armazenagem		8.170	2.117	286%
Receitas por Utilização de Equipamentos		24.631	30.250	-19%
Diversos Padronizados		9.318	12.385	-25%
Contratos de Arrendamento		136.379	118.366	15%
Receitas Complementares		985	1.574	-37%
DEDUÇÕES DA RECEITA		(43.831)	(42.397)	3%
(-) Contribuições sobre Faturamento	17	(41.747)	(38.455)	9%
(-) Faturas Canceladas		(2.084)	(3.942)	-47%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	409.286	376.511	9%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(168.523)	(205.820)	-18%
Custos Infraestrutura Marítima		(37.770)	(96.239)	-61%
Custos Infraestrutura de Acostagem		(12.538)	(6.099)	106%
Custos Infraestrutura Terrestre		(4.404)	(12.912)	-66%
Custos Alocados à Diversos Padronizados		(6.260)	(9.951)	-37%
Custos Indiretos		(107.551)	(80.619)	33%
LUCRO BRUTO		240.763	170.691	41%
DESPESAS	19	(222.496)	(176.740)	26%
Despesas administrativas				
Despesas com Pessoal		(48.426)	(41.667)	16%
Serviços de Terceiros e Utilidades		(48.624)	(44.033)	10%
Despesas Gerais		(24.679)	(2.486)	893%
Depreciação do imobilizado		(35.669)	(26.824)	33%
Amortização do intangível		(1.719)	(1.793)	-4%
		(159.117)	(116.803)	36%
Outras receitas (despesas) operacionais	19			
Despesas PCLD		(28.542)	(26.773)	7%
Outras despesas operacionais		(35.097)	(24.380)	44%
Outras receitas(despesas) não recorrentes		260	(8.784)	-103%
		(63.379)	(59.936)	6%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULT. FINANCEIRO		18.267	(6.048)	402%
RESULTADO FINANCEIRO	20	14.101	12.750	11%
Receitas financeiras		14.759	14.086	5%
(-) Despesas financeiras		(658)	(1.337)	51%
RESULTADO ANTES DO IR E CS		32.367	6.701	383%
Tributos Correntes		(6.891)	-	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16	25.476	6.701	280%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ nº 79.621.439/0001-91
Demonstrações de Resultados Abrangentes
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	25.476	6.701
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado do exercício	25.476	6.701

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ nº 79.621.439/0001-91
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

Descrição	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos 31.12.2019	1.086.444	(588.098)	498.346
Resultado Líquido do Período		6.701	6.701
Ajuste de Exercícios Anteriores		(914)	(914)
Saldos 31.12.2020	1.086.444	(582.311)	504.133
Saldos 31.12.2020	1.086.444	(582.311)	504.133
Resultado Líquido do Período		25.476	25.476
Ajuste de Exercícios Anteriores		438	438
Saldos 31.12.2021	1.086.444	(556.397)	530.047

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ nº 79.621.439/0001-91
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Método Indireto)
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixas das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	25.476	6.701
Ajustes para reconciliar o lucro	34.548	(35.765)
Depreciações/amortizações	37.388	26.824
Ajuste de imobilizado	-	2.092
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(2.840)	(63.767)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(914)
Aumento (redução) dos ativos	(39.814)	(26.250)
Contas a receber de clientes	(321)	(5.451)
Estoques	(1.472)	(154)
Tributos a recuperar	1.062	(14.051)
Despesas antecipadas e outros valores a receber	275	(437)
Depósitos judiciais	6.906	(6.157)
Demais créditos	(46.264)	-
Aumento (redução) dos passivos	61.981	(6.957)
Fornecedores	24.442	(5.038)
Obrigações sociais e trabalhistas	75.564	(11.817)
Impostos e contribuições a recolher	(39.210)	7.731
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	1.185	2.167
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	82.190	(62.271)
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Imobilizado	(82.035)	(21.871)
Caixa líquido tomado nas atividades de investimentos	(82.035)	(21.871)
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos		
Caixa líquido gerado (tomado) nas atividades de financiamentos	(658)	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(503)	(84.142)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	220.866	305.008
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	220.363	220.866

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio “Almirante Saldanha” da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Tefé (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tomando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº 37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº 12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

2 – BASE DE PREPARAÇÃO
2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua. Os valores apresentados nas Demonstrações e nas Notas Explicativas também são apresentados em milhares de reais exceto quando apresentados em outro formato indicado.

2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
- b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 28 de janeiro de 2022.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira
A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c. Ativos circulante e não circulante
- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- Contas a receber de clientes e outros créditos
O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

- Depósitos Judiciais
Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

- Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Até o final do exercício de 2021, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

- Demais ativos circulantes e não circulantes
São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulante e não circulante
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- Fornecedores
São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

- Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- Imposto de renda e contribuição social
O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro.

f. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações
Durante o exercício de 2021, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) as revisões das referidas normas abaixo, já vigentes:

CPC	ALTERAÇÃO/IMPACTO
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual/Framework	Revisão de conceitos e esclarecimentos
CPC 06 (R2) - Arrendamentos/IFRS 16 Leases	Efeitos de COVID-19 nos contratos impactados
CPC 15 (R1) - Combinação De Negócios/IFRS 3 Business Combinations	Definição de "negócios"
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança De Estimativa e Erro/IAS 8 Accounting Policies, Changes In Accounting Estimates And Erros	Definição do conceito de "material"
CPC 26 (R1) - Apresentação Das Demonstrações Contábeis/IAS 1 Presentation Of Financial Statements	Definição do conceito de "material"
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures	Taxa de juros de referência em hedge
CPC 48 - Instrumentos Financeiros/IFRS 9 Financial Instruments	Taxa de juros de referência em hedge

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação.

h. Adoção de Novo Plano de Contas – Contabilidade Regulatória

Com a adesão da Portos do Paraná à Contabilidade Regulatória da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em 2018, conforme RN nº15-ANTAQ, que instituiu o Sistema de Contabilidade Regulatória Aplicável ao Setor Portuário

(SICRASP), foi adotado como plano de contas da empresa, para que a empresa pudesse agilizar a geração e envio dos arquivos componentes do SICRASP e assim manter a sua regularidade perante a Agência Reguladora.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
	R\$/1.000	R\$/1.000
Bancos conta movimento	15.584	19.570
Bancos conta vinculada (i)	1.086	827
Aplicações financeiras (ii)	294.890	289.033
Aplicações financeiras (iii)	(91.197)	(88.564)
Total	220.363	220.866

(i) Saldo de Contas Bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

Contrato	Cliente/Prestador	Saldo em 31/12/2021	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	13,2	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	314,7	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	94,9	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	14,3	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	29,0	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	82,2	001	0259-3	71.254-X
093/2021	TEAPAR	147,7	001	0259-3	70.874-7
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	0,5	001	0259-3	24.632-8
053/2014	Openport Sistemas Ltda	209,0	001	0259-3	68.576-3
131/2020	GAESAN Engenharia Ltda.	21,3	001	0259-3	67.091-X
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	4,6	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	2,5	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	1,2	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1,0	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	18,2	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	1,3	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	0,7	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	115,8	001	0259-3	90.877-0
091/2021	Valdiney Felipe Queiroz	10,6	001	0259-3	90.876-2
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	2,8	001	0259-3	71.253-1
TOTAL		1.085,6			

(ii) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.
(iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (ii) da NE nº 09. 05 – CONTAS A RECEBER

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos do Paraná. As tarifas para movimentação de carga, descarga e baldeação são conhecidas por INFRAMAR (Receitas da Infraestrutura do acesso Aquaviário), para movimentação das cargas entre o berço e o armazém ou limite da área do porto são INFRAPORT (Receitas da Infraestrutura Terrestre) e pela utilização da infraestrutura de acostagem são as tarifas conhecidas como INFRACAIS (Receitas da Infraestrutura de Acostagem). O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2021 é de R\$7.852 (R\$7.532 em 31 de dezembro de 2020). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	2.451	1.353
Vencidos até 30 dias	1.597	2.490
Vencidos de 30 a 180 dias	207	264
Vencidos a mais de 180 dias (i)	3.597	3.425
Total	7.852	7.532
Parcela do circulante	7.852	7.532
Parcela do não circulante	-	-
Total	7.852	7.532

	31/12/2021	31/12/2020
Depósito judicial – processo 1749/07 (ii)	271.147	242.606
Provisão para perda (Ofício 170/17 (TCE))	(271.147)	(242.606)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (iii)	21.709	21.709
Provisão para perda	(21.709)	(21.709)
Total	-	-

(i) O saldo de títulos vencidos a mais de 180 dias é composto da seguinte forma:

Cliente	Valor original
Terminais Port. Ponta do Félix	3.188
Forte Solo Serviços Integrados	28
Informatizar	19
Outras	362
Total	3.597

(ii) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida

do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão.

(iii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

06 – TRIBUTOS A RECUPERAR		
	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	27.246	21.914
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9.806	7.889
Programa de Integração Social - PIS	31	1.139
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	149	5.228
Total	37.232	36.170

07 – ESTOQUES

O gerenciamento do estoque é realizado no sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços utilizados por todas as entidades públicas estaduais do Paraná. Todos os itens (produtos e mercadorias, exceto bens do ativo imobilizado, adquiridos pela administração portuária transitam pelo almoxarifado, ou seja, são registrados na aquisição e baixados quando da solicitação através de requerimento de utilização enviado pelos departamentos da PORTOS DO PARANÁ ao setor responsável. A contabilidade realiza os registros de baixa no sistema de gestão – Sênior mediante relatório emitido no GMS. O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2021 é de R\$13.544 e em 31 de dezembro de 2020 é de R\$12.072.

08 – ADIANTAMENTOS

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias. O adiantamento de passagens se refere à aquisição de passagens aéreas para a Intermodal 2020 que teve sua realização cancelada pela pandemia de COVID-19 e esse valor está em processo de análise de devolução pela Secretaria de Administração e Previdência, gestora do sistema Central de Viagens.

	31/12/2021	31/12/2020
Salários	-	-
13º Salário	-	-
Férias	933	965
Adiantamento de passagens	9	19
Outros adiantamentos	0	-
Total	942	984

09 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas (i)	33.058	29.286
Tributos (ii)	315.967	270.903
Cíveis	19.207	18.705
Outros (iii)	89.853	88.564
Total	458.085	407.458

(i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.

(ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos fica suspensa até a resolução da lide.

(iii) O valor de R\$89.853 em 31 de dezembro de 2021 e R\$88.564 para 31 de dezembro de 2020 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais		
	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	18.108	18.265
Cíveis	71.746	70.299
Total	89.853	88.564

10 – OUTROS CRÉDITOS		
	31/12/2021	31/12/2020
Convênio 54/2018 FUNESPAR	666	886
Provisão de IRRF sobre aplicações	438	292
Garantia Copel Comercialização S.A.	-	-
- Contrato 042/2021	1.317	-
Total	2.421	1.178

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baía de Paranaguá.

11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

ESPÉCIE DE BEM	Edificações e Benfeitorias			Máquinas, Aparelhos e Equip.		Móveis e Utensílios	Equip. de Inform. e Tecnologia
	Veículos	Terrenos	Construções				
Dezembro 2020	88	135.254	158.856	35.762	171.051	1.703	791
Aquisições	-	-	-	-	273	317	1.307
Baixas	(1.149)	-	-	-	(9)	(44)	(71)
Deprec./Amortiz.	(88)	-	(7.716)	(3.346)	(15.246)	(270)	(672)
Transferência	-	-	237	-	-	-	-
Baixa Deprec. Acum.	1.149	-	-	-	8	42	71
Ajuste Contábil	(0)	-	0	(0)	798	0	(0)
Dezembro 2021	-	135.254	151.377	32.416	156.875	1.749	1.427

ESPÉCIE DE BEM	Imobilizado			Intangível		TOTAL GERAL		
	Instalações	Equip. de medição	em andamento	Intangível	em andamento			
Dezembro 2020	64.985	22	74	568.587	1.726	83	1.809	570.396
Aquisições	137	-	66.009	68.045	428	1.645	2.073	70.118
Baixas	-	-	-	(1.273)	-	-	-	(1.273)
Deprec./Amort.	(9.401)	(3)	-	(36.741)	(1.719)	-	(1.719)	(38.460)
Transferência	-	-	(237)	-	-	-	-	-
Baixa Deprec. Acum.	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste Contábil	0	(0)	(3.196)	-	-	-	-	-
Dezembro 2021	55.722	19	62.650	597.489	435	1.728	2.163	599.653

12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2021	31/12/2020
Ordenados a pagar	3.030	2.832
Provisão para Férias	10.823	9.893
Provisão para 13º Salário	-	-
Total	13.853	12.725

13 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos da Folha	5.776	3.789
Contribuição Previdenciária - INSS	2.725	1.429
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	901	580
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	2.150	1.780
Contribuições sobre o Faturamento	193.403	162.617
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	159.180	133.855
Programa de Integração Social - PIS	34.223	28.762
Impostos e Contribuições sobre Resultados	105.333	91.193
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	27.789	24.031
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	77.544	67.162
Encargos Retidos de Fornecedores	4.633	2.542
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	1.119	251
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	330	159
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	2.011	1.757
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.173	375
Parcelamento INSS/SEFA-PR	-	13.777
TOTAL	309.145	273.919

Parcela do Circulante	10.408	49.619
Parcela do Não Circulante	298.737	224.300

14 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2021 o valor desta conta é de R\$11.346 e de R\$10.161 em 31 de dezembro de 2020.

15 – PROVISÕES JUDICIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	119.069	121.909
Cíveis	28.149	28.149

A PORTOS DO PARANÁ possui um número elevado de ações judiciais em razão da sua operação, visibilidade e representatividade econômica para o Estado do Paraná. A equipe de advogados subordinados a Diretoria Jurídica atua em todas as áreas de contencioso, administrativo e consultivo.

Para a data base de 31 de dezembro de 2021 as ações estavam assim distribuídas:

	Provável	Qtde.	Possível	Qtde.
Ações administrativas	269.052	71	2.649	2
Ações cíveis	28.149	41	681.615	196
Ações trabalhistas	121.909	534	26.509	240

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R\$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foi um lucro de 25.476 milhões de reais e para o mesmo período no exercício de 2020 a Companhia registrou um lucro contábil de 21.619 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser utilizados em investimentos que beneficiem o próprio porto organizado conforme determinado no convênio de Delegação. O prejuízo do período é transferido para a conta prejuízos acumulados.

O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 55.655 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 119.294 milhões.

	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	55.655	22.569
EBITDA Ajustado	119.294	73.722
Margem EBITDA	14%	6%

c) Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado registrado no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 556.397 e de R\$581.397 para o período findo em 31 de dezembro de 2020.

17 – RECEITA OPERACIONAL

	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Infraestrutura de Acesso			
Aquaviário	174.747	170.015	3%
Infraestrutura de Acostagem	13.443	11.954	12%
Infraestrutura Operacional			
Terrestre	85.445	72.247	18%
Receitas de Armazenagem	8.170	2.117	286%
Receitas por Utilização de Equipamentos	24.631	30.250	-19%
Diversos Padronizados	9.318	12.385	-25%
Contratos de Arrendamento	136.379	118.366	15%
Receitas Complementares	985	1.574	-37%
	453.118	418.908	8%
(-) Deduções da receita	(43.832)	(42.397)	3%
Receita operacional líquida	409.286	376.511	9%

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, PIS e COFINS no caso da PORTOS DO PARANÁ, eles estão sendo discutidos na ação judicial interposta pela Administração Portuária em face da União para reconhecimento da Imunidade Tributária. Enquanto a lide perdurar, por prudência, a PORTOS DO PARANÁ apura as contribuições pelo regime não cumulativo e o valor mensal apurado é recolhido através de

depósito judicial conforme liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014.

18 – CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, estrutura e mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Custos da Infraestrutura Marítima	37.770	96.239	-61%
Custos da Infraestrutura de Acostagem	12.538	6.099	106%
Custos da Infraestrutura Terrestre	4.404	12.912	-66%
Custos Diversos Padronizados	6.260	9.951	-37%
Custos Indiretos	107.551	80.619	33%
Total	168.523	205.820	-18%

19 – DESPESAS

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Despesas com Pessoal Adm.	48.426	41.667	16%
Serviços de Terceiros e Utilidades	48.624	44.033	10%
Despesas Gerais	24.679	2.486	893%
Depreciação do imobilizado	35.669	26.824	33%
Depreciação do Intangível	1.719	1.793	-4%
Total	159.117	116.803	36%

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas operacionais	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Despesas PCLD (i)	28.542	26.773	7%
Outras Despesas Operacionais (ii)	35.097	24.380	44%
Outras receitas(despesas) não recorrentes	(260)	8.784	-103%
Total	63.379	59.936	6%

(i) As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).

(ii) A linha de outras despesas operacionais se refere às despesas com ações judiciais executadas, pagamento taxas obrigatórias e despesas emergenciais para atendimento às ações de combate à pandemia de COVID-19. As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05)

20 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira		
Juros recebidos ou auferidos	113	4.647
Rendimento de aplicação financeira	14.646	9.439
Descontos obtidos	0	0
Total	14.759	14.086
Despesa financeira		
Juros pagos	(620)	(1.299)
Tarifas bancárias	(38)	(38)
Total	(658)	(1.337)
Varição Cambial Líquida	-	-
Resultado financeiro	14.101	12.750

21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrado a seguir:

	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa	221.707
Contas a receber	7.852
Total	229.559

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tomar o porto mais eficiente.

d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Saldo a pagar a partes relacionadas

Entidades controlada pelo Estado do Paraná	31/12/2021	31/12/2020
Copel Distribuição S.A.	728	852
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	1.215	810
Copel Telecomunicações S.A.	-	30.69
Copel Comercialização S.A.	-	-
TOTAL	1.973	1.731

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS (Em reais)

	31/12/2021	31/12/2020
CONSAD - Conselho de Administração	44.982,00	44.982,00
CONFISC - Conselho Fiscal	11.245,50	11.245,50
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	8.434,14	8.434,14
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	2.811,38	2.811,38
Total	67.473,02	67.473,02

QUANTIDADE DE MEMBROS

	31/12/2021	31/12/2020
CONSAD -Conselho de Administração	9	9
CONFISC - Conselho Fiscal	3	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	3	3
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	6	6
Total	18	18

23 – SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 10 de janeiro de 2021 a 10 de janeiro de 2022.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes

de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2021 a 27 de janeiro de 2022.

A cobertura para danos aos veículos da frota própria (35 veículos) bem como eventuais danos materiais e corporais a terceiros causados em função da atividade da empresa está garantida por apólice com vigência de 14 de abril de 2021 a 14 de abril de 2022.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	31/12/2021	31/12/2020
Riscos operacionais	75.000	75.000
Automóveis	1.750	1.750
Responsabilidade civil	10.000	10.000

24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período com compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Contábil.

Paranaguá, 1 de fevereiro de 2022.

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente



CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91
ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
Realizada em 24 de março de 2022

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas e trinta minutos, reuniu-se, por videoconferência, o Conselho Fiscal da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA, nas pessoas dos seus Conselheiros Matheus Pereira de Faria (presidente), João Evaristo Debiasi (vice-presidente), Luiz Nicácio (membro titular) e como convidados os senhores Marcos Alfredo Bonoski, Diretor Administrativo e Financeiro da APPA, Carlos Eidam de Assis, Superintendente de Governança da APPA, Rodrigo Neris Cavalcanti, Gerente Contábil da APPA e Lucas Mothci Sarmanho, Gerente Financeiro da APPA. A presente reunião tem a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Aprovação do Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício de 2021; 2) Aprovação das Demonstrações Financeiras da APPA referentes ao exercício de 2021; 3) Aprovação do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; 4) Aprovação da Proposta de Destinação do Lucro apurado no exercício de 2021; 5) Emissão de Parecer sobre a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021; 6) Emissão de Parecer sobre o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício de 2021; 7) Assuntos gerais.

tos e cinquenta e seis milhões, trezentos e noventa e seis mil, setecentos e trinta reais e trinta e dois centavos), e pela emissão de parecer conforme "Anexo II" desta Ata.

No item "7" da Ordem do Dia, Assuntos Gerais: O Sr. João Debiasi informou que enviou à Presidência deste Conselho solicitação de desligamento deste Conselho a partir de 25 de março de 2022 conforme protocolo 18.740.909-8. Ele manifestou votos de gratidão aos demais Conselheiros se se colocou à disposição no que puder colaborar. Também agradeceu ao Presidente da APPA, Sr. Luiz Fernando Garcia da Silva e a toda a Diretoria da empresa, parabenizando pela gestão eficiente. O Sr. Matheus Faria agradeceu ao Sr. Debiasi pelo período em que atuaram juntos, destacando suas experiências em gestão pública que tanto colaboraram para os trabalhos do Conselho. O Sr. Luiz Nicácio agradeceu ao Sr. Debiasi pelo companheirismo enquanto membro do Conselho. O Sr. Marcos Bonoski agradeceu pela contribuição e disposição do Sr. Debiasi reconhecendo a importância de sua atuação enquanto membro do Conselho e manifestou votos de sucesso à frente da Secretaria da Comunicação Social e da Cultura do Paraná.

ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, encerra-se esta reunião às 11:45, sendo lavrada a presente ata que lida, conferida e aprovada, vai por todos assinada.

ASSUNTOS TRATADOS:

Nos item "1 e 6" da Ordem do Dia: Após apresentação pelo Sr. Carlos Eidam de Assis sobre a Carta Anual de Governança Corporativa e apresentação pelo Sr. Rodrigo Neris Cavalcanti este conselho deliberou pela aprovação do Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício de 2021 e pela emissão de parecer conforme "Anexo I" desta Ata.

ASSINADO ELETRONICAMENTE
Matheus Pereira de Faria
Presidente

No item "2" da Ordem do Dia: Após apresentação pelo sr. Rodrigo Cavalcanti, este Conselho deliberou pela aprovação das Demonstrações Financeiras da APPA referentes ao exercício de 2021;

ASSINADO ELETRONICAMENTE
Luiz Nicácio
Membro Titular

No item "3" da Ordem do Dia: Este Conselho deliberou pela aprovação do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

ASSINADO ELETRONICAMENTE
Carlos Eidam de Assis
Superintendente de Governança da APPA

Nos item "4 e 5" da Ordem do Dia: Após apresentação pelo Sr. Sr. Rodrigo Neris Cavalcanti da Proposta de Destinação do Lucro Líquido Apurado em 2021, foi aprovada a Destinação do Lucro apurado no exercício de 2021 no valor de a) R\$ 25.476.087,66 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos), a serem destinados a dedução da Conta Prejuízos Acumulados, restando assim em seu saldo o valor de R\$ 556.396.730,32 (quinhens

ASSINADO ELETRONICAMENTE
João Evaristo Debiasi
Vice-Presidente
ASSINADO ELETRONICAMENTE
Marcos Alfredo Bonoski
Diretor Administrativo e Financeiro da APPA
ASSINADO ELETRONICAMENTE
Lucas Mothci Sarmanho
Gerente Financeiro da APPA



CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91- NIRE 41207943005

ANEXO I DA ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da APPA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, aprovou, por unanimidade, a referida proposição, considerando as seguintes ressalvas constantes no Parecer da Russel Bedford GM Auditores Independentes S/S sobre as demonstrações contábeis Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

i) Depósitos Judiciais

Conforme nota explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ 458.085 mil, à título de Depósitos Judiciais registrados no Ativo Não Circulante, que se referem a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

ii) Passivos Contingentes

Conforme nota explicativa nº 15, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ 443.643 mil, à título de Provisões Judiciais registradas no Passivo Não Circulante, que se referem a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

iii) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Conforme nota explicativa nº 13, em 31 de dezembro de 2021 a Entidade possui o saldo de R\$ 298.737 mil, à título de Obrigações Fiscais e Previdenciárias registradas no Passivo Não Circulante. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

iv) Teste de Impairment – Imobilizado

Conforme nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ R\$ 597.489 mil, a

título de Imobilizado registrado no Ativo Não Circulante. A administração não demonstrou o valor residual individual de cada bem do imobilizado, em comparação com o saldo contábil e a avaliação da existência de indícios internos ou externos de desvalorização, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 25 de março de 2022.

ASSINADO DIGITALMENTE
 DIOGO PILONI E SILVA
 Presidente do Conselho de Administração

ASSINADO DIGITALMENTE
 FERNANDO BUENO DE CASTRO
 Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE
 RAFAEL MOURA DE OLIVEIRA
 Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE
 NILSON HANKE CAMARGO
 Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE
 GIOVANI DA SILVA FERREIRA
 Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE
 LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
 Diretor Presidente da APPA

ASSINADO DIGITALMENTE
 CARLOS EIDAM DE ASSIS
 Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE
 LEANDRO PAZZETTO ARRUDA
 Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE
 WELBY PEREIRA SALES
 Membro Titular

Portos do Paraná Balanço Patrimonial pdf
Código do documento 3ccce694-9c7e-4c61-b76d-9512bef8357d



Assinaturas



ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO
comercial@folhadolitoral.com.br
Assinou

Antonio Saad Gebran Sobrinho

Eventos do documento

13 Apr 2022, 20:03:45

Documento 3ccce694-9c7e-4c61-b76d-9512bef8357d **criado** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email:comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-13T20:03:45-03:00

13 Apr 2022, 20:04:03

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email: comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-13T20:04:03-03:00

13 Apr 2022, 20:04:13

ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO **Assinou** (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df) - Email: comercial@folhadolitoral.com.br - IP: 191.177.164.184 (bfb1a4b8.virtua.com.br porta: 21678) - Documento de identificação informado: 739.941.469-68 - DATE_ATOM: 2022-04-13T20:04:13-03:00

Hash do documento original

(SHA256):7779b9d2c4014f39e5f53615e51782cdba8b2ac46082b54d810e69dd8c2baef1

(SHA512):358ccf3a2beb92de29fc7a35b10b2b77dea94534a63592ba4be7670270c693c10b45139b13349a3bbb520600eb032cc05df10d1bf2e8c7d54e63407a0154d910

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign